

Histórias das favelas em Santo André

memória social, determinações sociais da saúde e ODS 2030

Silmara Conchão

Centro Universitário FMABC; CESCO – Centro de Estudos de Saúde Coletiva; Pós-Doutoranda em Política, Gestão e Saúde na FSP-USP

Resumo

Este artigo analisa a formação histórica e as condições de vida em favelas de Santo André a partir do acervo da ONG GATS – Grupo Assistencial Toninho Souto, interpretando as narrativas à luz das determinações sociais da saúde e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030. Trata-se de estudo qualitativo, documental e historiográfico, baseado em 42 entrevistas semiestruturadas com lideranças de 12 favelas, realizadas em 2001 e posteriormente organizadas em eixos temáticos. Os resultados mostram que a constituição das favelas esteve associada à industrialização sem política habitacional compatível, à migração, ao peso do aluguel, à autoconstrução, à precarização do trabalho e à atuação seletiva do Estado. As narrativas também evidenciam estigma territorial, violência policial, centralidade das mulheres no cuidado cotidiano, importância de movimentos sociais, experiências de alfabetização popular e limites das políticas urbanas, mesmo quando inovadoras. Conclui-se que as favelas andreenses não podem ser tratadas como anomalia urbana, mas como produto histórico da desigualdade, o que exige políticas intersetoriais orientadas por equidade territorial, direito à cidade e justiça social.

Palavras-chave: favelas; Santo André; determinações sociais da saúde; memória social; ODS 2030.

Introdução

As favelas ocupam lugar central na história urbana brasileira, embora continuem frequentemente tratadas como desvio, carência ou problema a ser corrigido. Essa leitura é insuficiente. A favela é parte constitutiva da cidade produzida de forma desigual, atravessada por relações de classe, raça, gênero e território. Em vez de fenômeno accidental, ela expressa a urbanização excludente, a mercantilização da terra e a incapacidade, ou a recusa política, de garantir moradia digna às classes trabalhadoras (Abreu, 1987; Bonduki, 1998; Maricato, 2011; Silva, 2013).

Em Santo André, município central do ABC Paulista, essa contradição é especialmente nítida. Inserida em uma das regiões mais industrializadas do país, a cidade concentrou dinamismo econômico, empregos industriais e valorização imobiliária, mas também periferização, déficit habitacional e expansão de ocupações precárias. O crescimento econômico, por si só, não dissolveu a desigualdade urbana. Ao contrário: os relatos reunidos no livro de base deste artigo mostram que a busca por trabalho, a impossibilidade de pagar aluguel e a ausência de políticas habitacionais consistentes empurraram famílias para áreas informalizadas desde as décadas de 1970 e 1980.

Este texto deriva do livro "Histórias das favelas em Santo André", ainda em elaboração, e toma como corpus principal um conjunto documental raro: entrevistas realizadas em 2001 com lideranças fundadoras ou antigas moradoras e moradores de 12 favelas andreenses, preservadas no acervo da ONG GATS – Grupo Assistencial Toninho Souto. O valor desse material está em registrar a cidade a partir do ponto de vista de sujeitos historicamente silenciados, permitindo reconstruir trajetórias de migração, trabalho, autoconstrução da moradia, relação com o poder público, sociabilidades e conflitos.

A leitura dessas narrativas foi orientada por uma perspectiva crítica das determinações sociais da saúde. Nessa abordagem, o viver, o adoecer e o morrer não são explicados por fatores individuais isolados, mas por processos históricos e estruturais que distribuem desigualmente recursos, riscos e possibilidades de proteção (Breilh, 2006; Laurell, 2007; CNDSS, 2008). Ao mesmo tempo, a Agenda 2030 da ONU oferece um vocabulário político útil para relacionar pobreza, moradia, educação, trabalho, água, saúde, redução das desigualdades e instituições públicas (ONU, 2015).

O objetivo do artigo é analisar como a história das favelas de Santo André, reconstituída a partir de narrativas orais e documentação social, revela a historicidade das determinações sociais da saúde e dialoga com os ODS 2030. Mais especificamente, busca-se: a) descrever a formação das ocupações e o perfil social do corpus estudado; b) examinar como moradia, trabalho, renda, estigma e ação estatal aparecem nas narrativas; c) discutir o papel de movimentos sociais, igrejas e experiências intersetoriais locais; e d) explicitar implicações para a compreensão da saúde coletiva e da justiça urbana em territórios popularizados.

Referencial teórico e analítico

O artigo parte da tradição latino-americana que interpreta a saúde como processo social. Nessa chave, os chamados determinantes ou determinações sociais da saúde não podem ser reduzidos a uma lista de fatores independentes, porque decorrem da forma como a produção e a reprodução da vida se organizam socialmente. Breilh (2006) e Laurell (2007) insistem que o adoecimento se relaciona a trabalho, renda, moradia, alimentação, ambiente, acesso a bens urbanos e distribuição do poder. Essa formulação é decisiva para um estudo sobre favelas, pois impede que se naturalize a precariedade como resultado de escolhas individuais.

A discussão também é interseccional. As desigualdades urbanas brasileiras não operam apenas por classe, mas por classe articulada a raça, gênero e território. A crítica de Crenshaw (2002), Hirata (2014) e Werneck (2016) ajuda a perceber que mulheres, população negra e moradores de territórios estigmatizados experimentam barreiras específicas no acesso a trabalho digno, segurança, reconhecimento e políticas públicas. No material empírico do livro, essa articulação aparece de forma recorrente: mulheres carregam a gestão cotidiana da sobrevivência e da organização comunitária; a marca territorial produz discriminação; e a experiência da favela é narrada como fronteira social permanente.

Do ponto de vista urbano, a favela é compreendida aqui como expressão histórica do desenvolvimento desigual das cidades brasileiras. A Lei de Terras de 1850, a abolição da escravidão sem políticas de reparação ou inclusão, a industrialização acompanhada de processos de segregação socioespacial e a crescente valorização imobiliária contribuíram para produzir uma cidade dual, na qual a formalidade urbana se estruturou simultaneamente à informalização de parcelas significativas da população (Fernandes, 1978; Bonduki, 1998; Valadares, 2005; Maricato, 2011). A ideia de que a favela constitui um espaço “fora” da cidade obscurece o fato de que ela é, na realidade, produzida pela própria dinâmica urbana e pelas formas desiguais de distribuição da terra, da infraestrutura e dos direitos.

O livro toma a memória social e a oralidade como formas legítimas de conhecimento. Essa escolha dialoga com Queiroz (1988), para quem o relato oral permite transformar experiências muitas vezes relegadas ao indizível em narrativa compartilhável e analiticamente fecunda. Também se aproxima da genealogia foucaultiana, que busca deslocar os regimes oficiais de verdade e recuperar saberes

subjugados, aqueles produzidos em posições historicamente desqualificadas (Foucault, 1979; Garland, 2014).

Nessa moldura, Carolina Maria de Jesus não aparece como ornamento literário, mas como referência epistemológica e política. Sua escrita desvela fome, humilhação, racismo, trabalho precário e direito à cidade a partir da experiência vivida. Quando Carolina afirma que “a favela é o quarto de despejo da cidade” (Jesus, 1960), ela não oferece só uma metáfora poderosa; oferece uma síntese sociológica aguda da urbanização brasileira. O livro recupera esse horizonte para mostrar que, em Santo André, a história das favelas é também história de exclusão, resistência e produção de saber.

Materiais e métodos

Trata-se de estudo qualitativo, documental e historiográfico, com uso de história oral já registrada. O corpus principal é composto por material digitalizado com 352 páginas, preservado no acervo da ONG GATS – Grupo Assistencial Toninho Souto, incluindo entrevistas semiestruturadas realizadas em 2001 com 42 lideranças fundadoras ou antigas moradoras e moradores de 12 favelas de Santo André. As entrevistas foram originalmente produzidas para registro e avaliação de ações sociais da instituição e, posteriormente, reorganizadas na elaboração do livro que serve de base a este artigo.

A análise documental partiu de duas operações. A primeira consistiu na leitura integral do manuscrito e na identificação dos eixos recorrentes das narrativas: origem das ocupações, migração, aluguel e fome, industrialização, autoconstrução, expansão das favelas, relação com o poder público, trabalho, religião, polícia, preconceito, educação, movimento social, juventude, participação e futuro. A segunda consistiu em condensar esse material em

categorias analíticas compatíveis com o formato de artigo científico, preservando a densidade histórica do acervo e a literalidade substantiva das experiências narradas.

Os depoimentos foram lidos como documentos históricos e sociais, e não como simples ilustrações. Em consequência, a ênfase deste artigo recai menos na biografia individual e mais nos padrões coletivos que emergem das falas: recorrência do aluguel como fator de expulsão, presença de deslocamentos interestaduais, centralidade do trabalho precário, fragilidade do acesso à água e à eletricidade, mutirões, medo de remoção, seletividade policial e protagonismo feminino nas redes de cuidado, educação e organização territorial.

Como se trata de reanálise documental de material produzido há mais de duas décadas, o estudo possui limites próprios. Não foi realizado novo contato com os entrevistados, nem se pretende generalizar estatisticamente as informações para todas as favelas do município. O que se oferece é uma interpretação historicamente situada, apoiada em um conjunto expressivo de testemunhos e articulada a bibliografia sobre favelas, urbanização, saúde coletiva, interseccionalidade e políticas públicas.

Tabela 1 – Favelas contempladas no corpus documental e características registradas em 2001

Favela	Moradias em 2001	Tempo de existência	Bairro
Bougival	350	23 anos	Vila Vitória
Bom Pastor	85	27 anos	Jd. Bom Pastor
Gamboa*	695	21 anos	Bairro Paraíso
Gonçalo Zarco	100	19 anos	Vila Sacadura Cabral
Gregório de Matos	228	29 anos	Vila Suíça
Haras	261	11 anos	Jardim Oriental
Homero Thon	126	22 anos	Vila Homero Thon
Jardim Primavera	230	8 anos	Jd. Las Vegas
Marginal Taioca	60	18 anos	Jardim Oriental

Pintassilgo	900	12 anos	Parque Miami
Jardim São Bernardo	170	23 anos	Jd. Santa Cristina
Vista Alegre	315	10 anos	Parque Guaraciaba

Fonte: elaboração própria a partir do manuscrito-base.

* Gamboa inclui Gamboa II (135 moradias).

Tabela 2 – Perfil sintético dos 42 entrevistados

Dimensão	Categoria	n
Sexo	Homens	23
Sexo	Mulheres	19
Origem	Pernambuco	18
Origem	Minas Gerais	4
Origem	São Paulo-capital	3
Origem	Mauá (SP)	1
Origem	Santo André (Jd. Irene/Estela/Capuava)	4
Origem	Outros	12
Faixa etária	20 a 29 anos	2
Faixa etária	30 a 39 anos	7
Faixa etária	40 a 49 anos	10
Faixa etária	50 a 59 anos	10
Faixa etária	60 a 69 anos	5
Faixa etária	Não informado	8
Escolaridade	Ensino fundamental incompleto	15
Escolaridade	Analfabetismo/alfabetização incompleta	8
Escolaridade	Ensino fundamental completo	3
Escolaridade	Ensino médio completo	1
Escolaridade	Não informado	15

Fonte: elaboração própria a partir do manuscrito-base.

Contexto territorial e relevância histórica

Santo André integra a Região Metropolitana de São Paulo e o Grande ABC, território marcado por forte industrialização ao longo do século XX. A expansão de montadoras, metalúrgicas e cadeias de serviços associadas reorganizou o espaço urbano, atraiu fluxos migratórios e produziu novas periferias. No entanto, a cidade que ofereceu trabalho não ofereceu, na mesma proporção, moradia formal, infraestrutura e cidadania urbana. Relatórios municipais e estudos sobre o período registram a permanência de déficit

habitacional, pobreza e segregação intraurbana mesmo em contexto de elevado dinamismo econômico (Santo André, 2015; Santo André, 2022).

O corpus analisado contempla 12 favelas: Bougival, Bom Pastor, Gamboa, Gonçalo Zarco, Gregório de Matos, Haras, Homero Thon, Jardim Primavera, Marginal Taioca, Pintassilgo, Jardim São Bernardo e Vista Alegre. Em 2001, essas áreas apresentavam tempos de existência entre 8 e 29 anos e somavam, segundo o próprio manuscrito-base, 3.520 moradias apenas nesse recorte empírico. O tamanho do corpus e a diversidade territorial permitem observar a heterogeneidade interna da experiência favelada andreeense sem dissolver os padrões estruturais comuns.

O perfil dos 42 entrevistados ajuda a compreender a espessura social dessa história. Havia 23 homens e 19 mulheres; a faixa etária concentrou-se entre 40 e 59 anos; e Pernambuco foi a origem mais mencionada, com 18 casos, seguida de Minas Gerais. As ocupações registradas combinavam construção civil, trabalho doméstico, pequenos comércios, bicos, desemprego e aposentadorias. A escolaridade era baixa: predominavam ensino fundamental incompleto e alfabetização incompleta. Trata-se, portanto, de um segmento da classe trabalhadora urbana marcado por mobilidade geográfica, inserção laboral instável e acesso desigual à educação formal.

Ao mesmo tempo, o caso de Santo André apresenta singularidade importante: a cidade desenvolveu, especialmente a partir dos anos 1990, experiências de urbanização de favelas e inclusão social reconhecidas nacional e internacionalmente, como as AEIS e o programa Santo André Mais Igual. A relevância desse antecedente está em permitir uma leitura menos simplista: o material mostra tanto a potência de políticas intersetoriais quanto seus limites

diante da reprodução estrutural da desigualdade urbana (Denaldi, 2003; Nascimento; Costa; Conchão, 2010).

Resultados

Origens das ocupações, migração e produção da moradia possível

As narrativas sobre a origem das ocupações convergem para um mesmo núcleo explicativo: a favela surgiu como resposta material à impossibilidade de permanecer no mercado formal de moradia. Os entrevistados repetem combinações semelhantes de eventos: migração para o ABC em busca de trabalho, vida de aluguel em bairros periféricos, desemprego ou salário insuficiente e, por fim, ocupação de áreas desvalorizadas, ambientalmente frágeis ou juridicamente indefinidas. Em várias passagens, o barraco aparece não como escolha voluntária, mas como única alternativa entre pagar aluguel e “passar fome”.

Essa dinâmica desmonta leituras moralizantes sobre a favela. O problema de fundo não era uma suposta recusa à legalidade, mas a exclusão sistemática do acesso à terra urbanizada. Nos relatos, aparecem famílias que chegaram à região em meados da década de 1970, quando o trabalho industrial funcionava como polo de atração. No entanto, a promessa de ascensão urbana se chocou com aluguéis altos, vínculos instáveis e remoções anteriores. Uma das entrevistadas sintetiza esse processo ao dizer que “às vezes tinha que passar fome pra pagar aluguel”; outra descreve a rapidez da ocupação: “em três horas eu fiz um cômodo”.

Os testemunhos também mostram que a industrialização e a favela não são fenômenos opostos, mas conectados. O mesmo território que precisava de operários, pedreiros, cobradores, faxineiras, merendeiras e trabalhadores informais não garantia o direito à

moradia para essa força de trabalho. Em vez de inclusão plena, a inserção urbana ocorreu sob a forma de periferização e autoconstrução. Por isso, as histórias de migração não podem ser lidas apenas como mobilidade territorial; elas expressam a maneira pela qual o desenvolvimento regional deslocou a pobreza e a reinscreveu no espaço urbano.

Nessa chave, o direito à moradia aparece como determinação social da saúde de primeira ordem. A insegurança fundiária, as ameaças de despejo, a dependência de promessas do poder público, o medo de “perder tudo” e a ausência inicial de água, luz e saneamento compõem um regime de vulnerabilização de longo prazo. Ao serem lidas à luz dos ODS, essas narrativas dialogam diretamente com ODS 1, 6, 10 e 11, pois articulam pobreza, infraestrutura, desigualdade e cidade.

Trabalho, autoconstrução e reprodução social da vida

Outro eixo recorrente do material é a centralidade do trabalho na produção e reprodução da vida nas favelas. As falas percorrem trajetórias marcadas por empregos industriais, serviços mal pagos, informalidade, rotatividade, desemprego e “bicos”. Há relatos de trabalhadores que passaram anos em empresas e foram dispensados; de pessoas que migraram entre construção civil, panificação, limpeza, reciclagem e comércio; de idosos descartados pelo mercado por “idade”; e de mulheres cuja experiência laboral se confundia com o cuidado doméstico e comunitário.

A favela, nesse sentido, não é o lugar da ausência de trabalho, mas o lugar da sobrecarga laboral sem garantia de dignidade. O mundo do trabalho entra nas narrativas como causa do deslocamento para a favela, como obstáculo à saída dela e como campo de humilhação cotidiana. O corpus mostra inclusive memórias de trabalho infantil, baixa proteção previdenciária e escolarização interrompida para

trabalhar. Esses elementos reforçam a interpretação de que a pobreza urbana não se resume à falta de renda monetária; ela incorpora exaustão física, instabilidade, desproteção social e escassez de tempo.

A materialidade da moradia aparece entranhada nesse processo. As casas foram construídas “aos poucos”, em mutirões familiares e comunitários, passando de barracos de madeira e chão de lama para estruturas de alvenaria quando havia algum excedente financeiro ou ajuda externa. Em alguns trechos, os entrevistados contam que buscaram água em torneiras distantes, utilizaram ligações clandestinas de energia e levantaram escadas, vielas e passagens coletivamente. A cidade formal chegava tarde; antes dela, vinha o trabalho da própria comunidade.

Essa articulação entre trabalho precário, autoconstrução e infraestrutura improvisada ilumina a historicidade dos DSS em Santo André. Renda, educação, proteção social, ambiente físico e acesso a serviços não aparecem como variáveis soltas, mas como experiências acumulativas. ODS 4, 8, 10 e 11 cruzam-se aqui de forma evidente: baixa escolaridade limita inserção ocupacional; a precarização do trabalho compromete a moradia; a moradia precária amplia a desigualdade territorial.

Estado, políticas intersetoriais e mediações comunitárias

A relação com o poder público é descrita de forma ambivalente. De um lado, o Estado aparece como ausência, promessa descumprida, ameaça de remoção, lentidão burocrática e seletividade na provisão de infraestrutura. Muitos depoimentos falam de visitas para cadastrar moradores, medir terrenos ou anunciar obras que demoravam a se concretizar. De outro lado, o material também registra experiências reais de urbanização, regularização, abertura de ruas, ligação de água e esgoto e programas de inclusão social.

Essa duplicidade é crucial: não se trata de simples presença ou ausência do Estado, mas de presença seletiva, descontínua e frequentemente tensionada pela mobilização popular.

Nessa mediação, atores comunitários e institucionais ganham centralidade. O GATS aparece nas falas como organização de apoio em alfabetização, construção de salas de aula, cursos e formação política. O MOVA surge como dispositivo importante de acesso tardio à educação. O MDDF é mencionado como referência histórica de luta pelo direito à moradia e pela urbanização. Igrejas católicas, evangélicas e instituições espíritas também são lembradas como espaços de apoio material e simbólico, embora nem sempre de forma universal e desinteressada. O que o corpus mostra é uma ecologia territorial de proteção parcialmente sustentada por atores não estatais e comunitários diante da insuficiência pública.

Ao mesmo tempo, o livro é cuidadoso em não romantizar essa rede. A caridade religiosa e a solidariedade local reduziram danos, mas não substituem direitos. Em alguns casos, o acesso a cestas básicas, roupas ou apoio dependia da vinculação a igrejas ou à boa vontade de lideranças específicas. Em outros, projetos sociais produziam ganhos reais, porém intermitentes. A transformação de favores, filantropias e iniciativas extraordinárias em solução rotineira para a precariedade revela um limite central da governança urbana em territórios favelizados.

É nesse ponto que a experiência de Santo André ganha espessura analítica particular. O programa Santo André Mais Igual e outras iniciativas de urbanização intersetorial mostraram que há capacidade institucional de agir de forma integrada sobre habitação, infraestrutura, gênero, meio ambiente, educação e participação. A literatura local registra resultados expressivos, incluindo reconhecimento internacional do programa "Gênero e

Cidadania no Santo André Mais Igual" e benefícios para milhares de famílias (Denaldi, 2003; Nascimento; Costa; Conchão, 2010; Menicucci et al., 2025). Entretanto, o próprio livro insiste que avanços relevantes conviveram com a persistência de desigualdades estruturais, a descontinuidade das políticas públicas e a reprodução das formas de precariedade.

Desse modo, o material confirma um ponto caro à saúde coletiva: políticas intersetoriais são necessárias, mas sua efetividade depende de continuidade, escala, participação social e enfrentamento das estruturas que produzem a desigualdade. Lidas em conjunto, as narrativas e a trajetória institucional do município dialogam com ODS 3, 4, 5, 6, 10, 11 e 16.

Estigma territorial, violência institucional e fronteiras urbanas

Os relatos sobre preconceito, violência e relação com a polícia mostram que a favela opera também como marca moral. Morar em núcleo de favela significava ser suspeito antes de qualquer prova, ser tratado como problema urbano e experimentar a proximidade de um poder policial frequentemente hostil. Uma fala resume essa experiência: a polícia “já chega tratando todos os moradores como se fossem bandidos”. Em outra, aparece a percepção de que qualquer delito na vizinhança recaía imediatamente sobre a comunidade.

Esses depoimentos dialogam com a literatura sobre criminalização da pobreza e racismo institucional. A fronteira entre bairro e favela não é apenas geográfica; é também simbólica e política. Ela define quem merece proteção, quem pode ser vigiado com brutalidade, quem tem a palavra acreditada e quem é presumido culpado. A consequência é sanitária e social: medo, humilhação, insegurança e restrição do direito à cidade tornam-se experiências ordinárias da vida coletiva.

O material também revela outras formas de estigmatização. Em diferentes passagens, moradores descrevem a favela como território não reconhecido no mapa, pouco lembrado nas prioridades urbanas e frequentemente associado à sujeira, à violência e à irregularidade. A própria disputa terminológica favela, comunidade, núcleo habitacional, aparece como parte do conflito. O livro opta por preservar o termo favela exatamente para não apagar as condições objetivas e históricas de exclusão que o eufemismo pode encobrir.

Ao lado disso, contudo, as narrativas exibem resistência. Há mobilizações coletivas, denúncias, articulações com movimentos, associações de moradores, mutirões, participação em orçamento participativo e recados ao poder público. A favela é tratada como território de estigma, mas também de produção política, pertencimento, organização coletiva e reivindicação. Isso permite reler ODS 10, 11 e 16 a partir de baixo: reduzir desigualdades e construir cidades inclusivas implica transformar a relação concreta entre populações favelizadas, instituições públicas e regimes de reconhecimento.

Educação popular, sociabilidade e projetos de futuro

Educação, sociabilidade e projetos de futuro ocupam parte decisiva do livro. As falas sobre alfabetização de jovens e adultos, escolarização interrompida, dificuldades de acesso e desejo de “dar estudo aos filhos” mostram que a educação aparece menos como capital abstrato e mais como horizonte prático de dignidade. O MOVA e as salas de alfabetização construídas com participação do GATS são lembrados como experiências que romperam barreiras históricas e ampliaram a circulação social de moradores que haviam sido excluídos muito cedo da escola.

As mulheres ganham visibilidade especial nesse eixo. Elas aparecem como lideranças, mães, trabalhadoras, organizadoras de mutirões, mediadoras de conflitos e responsáveis pela sustentação do cotidiano. Essa centralidade não decorre de vocação naturalizada, mas de uma divisão sexual do trabalho que transfere para elas o gerenciamento da escassez e da vida comunitária. O protagonismo feminino, portanto, precisa ser lido simultaneamente como potência política e como indício de sobrecarga estrutural.

Por fim, o livro registra que, mesmo em contextos marcados por pobreza e discriminação, persistem sonhos, humor, causos, redes de vizinhança, religiosidade, afetos e projetos de melhoria. Esses elementos não anulam a precariedade, mas impedem que a favela seja reduzida à falta. É nesse ponto que memória social e saúde coletiva se encontram: reconhecer a realidade social sofrida, mas também capacidade de elaboração, solidariedade e luta especialmente dessa população.

Tabela 3 – Síntese analítica entre narrativas, determinações sociais da saúde e ODS 2030

Eixo narrativo	Expressão das determinações sociais da saúde	ODS mais diretamente relacionados
Moradia e ocupação	Peso do aluguel, autoconstrução, insegurança fundiária, acesso precário a água e luz	1, 6, 10 e 11
Trabalho e renda	Desemprego, bicos, rotatividade, baixa proteção previdenciária e escolarização interrompida	1, 4, 8 e 10
Ação estatal	Urbanização descontínua, promessas, regularização parcial e dependência de mediações locais	3, 6, 11 e 16
Estigma e violência	Criminalização territorial, seletividade policial e racismo institucional	10, 11 e 16
Educação e organização	MOVA, formação política, protagonismo feminino e associações de moradores	4, 5, 10 e 16

Saúde coletiva	Condições materiais e simbólicas que moldam proteção, sofrimento e direito à cidade	3, 10 e 11
----------------	---	------------

Fonte: elaboração própria.

Discussão

Os achados permitem sustentar quatro argumentos principais. O primeiro é que a história das favelas andreenses confirma a favela como produto de uma urbanização estruturalmente desigual. Industrialização, valorização da terra e déficit habitacional caminharam juntos. O trabalho atraiu famílias; a cidade formal as recusou. O resultado foi a produção de territórios nos quais a reprodução da vida ficou dependente de autoconstrução, redes solidárias e negociação permanente com um Estado seletivo.

O segundo argumento é que as determinações sociais da saúde aparecem no material como trama e não como lista. Moradia, renda, trabalho, educação, gênero, raça, água, violência institucional e participação política são dimensões mutuamente implicadas. Esse ponto é importante porque desloca a discussão da favela para além da habitação. O que está em jogo é um regime amplo de produção da vida urbana que condiciona oportunidades, sofrimento, reconhecimento e proteção social.

O terceiro argumento diz respeito à temporalidade. Embora o corpus se concentre em entrevistas realizadas em 2001, sua leitura é altamente atual. As vulnerabilidades que o material descreve ajudam a compreender por que crises posteriores — entre elas a pandemia de Covid-19 — encontraram nas favelas condições historicamente sedimentadas de exposição e desigualdade. Adensamento, trabalho precário, racismo territorial, baixa proteção social e infraestrutura irregular não nasceram na pandemia; ela apenas tornou mais visível uma estrutura anterior.

O quarto argumento refere-se ao potencial e aos limites dos ODS 2030. Quando territorializados, os ODS funcionam como linguagem integradora para problemas que, na prática, já se apresentam conectados: pobreza, fome, água, saúde, educação, trabalho, desigualdade, cidade e instituições. O risco está em tratá-los como agenda abstrata e descolada das relações de poder. O material de Santo André sugere que ODS 1, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11 e 16 só ganham sentido real quando atravessados pela memória social, pelo conflito urbano e pela participação dos sujeitos coletivos que vivem a favela.

Do ponto de vista da gestão pública, a principal implicação é clara: não basta intervir sobre a favela como problema físico. É preciso articular habitação, saneamento, renda, saúde, educação, mobilidade, segurança pública, cultura e participação. A experiência andreense mostra que políticas intersetoriais são possíveis e podem gerar efeitos concretos; mostra também que elas serão sempre parciais se não enfrentarem a lógica mais ampla de segregação urbana e concentração de riqueza. Em linguagem menos pomposa: as paredes da casa importam, mas o mundo que decide quem pode morar nela importa ainda mais.

Considerações finais

A reconstituição histórica das favelas de Santo André a partir do acervo do GATS confirma que esses territórios são resultado de processos duradouros de expulsão, migração, exploração do trabalho, exclusão do mercado formal de moradia e atuação estatal seletiva. Longe de representar desordem externa à cidade, as favelas revelam a ordem concreta pela qual a cidade foi produzida. Nelas se condensam as contradições do desenvolvimento urbano, mas também experiências de solidariedade, educação popular, organização coletiva e reivindicação de direitos.

Ao articular memória social, determinações sociais da saúde e ODS 2030, o artigo procurou demonstrar que moradia, trabalho, água, renda, educação, segurança e reconhecimento não podem ser separados analiticamente quando se examina a vida nas periferias. A saúde coletiva tem muito a ganhar quando dialoga com arquivos populares e narrativas territoriais: eles permitem enxergar a historicidade das desigualdades e recolocar os sujeitos favelizados como produtores de conhecimento sobre a cidade e sobre si.

Em síntese, ler as histórias das favelas andreenses é ler a própria história social da cidade. E essa leitura cobra consequências políticas. Se a favela foi produzida historicamente, ela também pode ser transformada historicamente, não por caridade, favor ou remoções disfarçadas de modernização, mas por políticas públicas intersetoriais, reparação urbana, fortalecimento do SUS e compromisso efetivo com justiça social, ambiental e territorialmente situada.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

BENJAMIN, Walter. Pobreza e experiência. In: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BREILH, Jaime. Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e intercultural. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

CONCHÃO, Silmara; RIBEIRO, Matilde. Gênero, cidadania e meio ambiente. Santo André: Projeto GEPAM, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, p. 171-187, 2002.

DENALDI, Rosana. Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses. 2003. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 1978.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GARLAND, David. O que significa escrever uma história do presente? A abordagem genealógica de Foucault explicada. *Revista Justiça e Sistema Criminal*, v. 6, n. 10, p. 73-96, 2014.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Favelas e comunidades urbanas: resultados do universo e conceito. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 1960.

LAURELL, Asa Cristina. A saúde-doença como processo social. In: NUNES, Everardo Duarte (org.). *A saúde na sociedade*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 133-158.

MARICATO, Erminia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MENICUCCI, Eleonora et al. *Feminismo e o PT: trajetórias e desafios políticos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Hucitec, 2025.

NASCIMENTO, Vânia Barbosa; COSTA, Ieda M. Cabral da; CONCHÃO, Silmara. O protagonismo da saúde nos projetos de inclusão social em Santo André (SP). *Boletim do Instituto de Saúde*, n. 51, p. 43-48, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU, 2015.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do indizível ao dizível. In: Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

RODRIGUES, Eduardo Magalhães. Relatório institucional. Santo André: GATS, 2003.

SANTO ANDRÉ (SP). Relatório: pesquisa socioeconômica em núcleos de favela do município de Santo André. Santo André: Consultoria Técnica e Avaliações, 1999.

SANTO ANDRÉ (SP). Panorama da pobreza em Santo André. Santo André: Prefeitura de Santo André, 2015.

SANTO ANDRÉ (SP). Sumário de dados de Santo André: 2022 – ano base 2021. Santo André: Prefeitura de Santo André, 2022.

SILVA, Gerardo. ReFavela: notas sobre a definição de favela. Lugar Comum, n. 39, p. 37-43, 2013.

VALADARES, Lícia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. Saúde e Sociedade, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.